

ANÁLIA FRANCO E A SEDE DO SÍTIO DO CAPÃO: patrimônio no enclave fortificado

EIXO TEMÁTICO 03: Representações, Memória e Preservação do Urbano

NEVES, Rodrigo Augusto das

Graduando; FAUUSP

rodrigo.cbneves@gmail.com

NASCIMENTO, Flávia Brito do

Docente; FAUUSP

flaviabn@usp.br

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq 2025/2026 tem como objeto a presença da educadora Anália Emília Franco na patrimonialização da Sede do Sítio do Capão, bem cultural localizado na Zona Leste da cidade de São Paulo, no bairro nomeado em sua memória “Jardim Anália Franco”. O conjunto urbano passou por variados usos e intervenções que expressam a urbanização da cidade, mas este patrimônio do século XVIII segue sendo referenciado como “Casa do Regente Feijó”, o mesmo que a comprou para ser a sua residência em São Paulo entre 1829 e 1840, abrangendo o período em que ocupou o posto de Regente do Império (1835-1837), entre a renúncia de Dom Pedro I e a maioridade de Dom Pedro II.

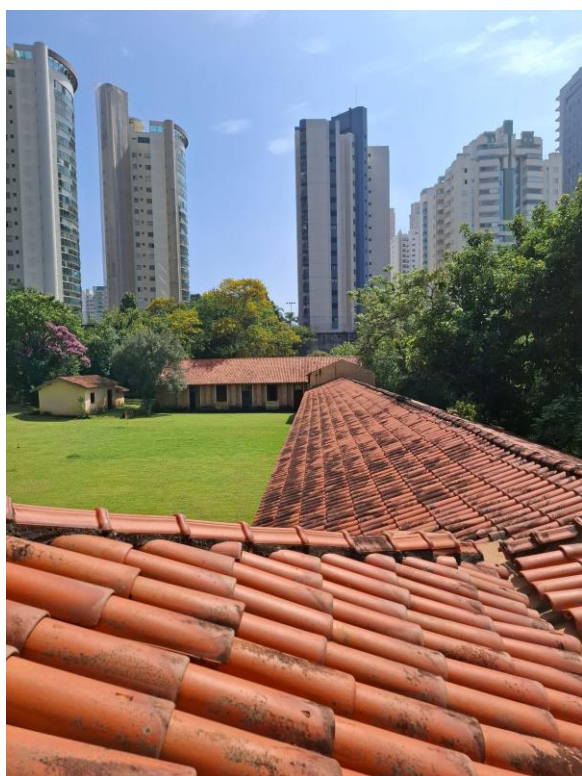
O sítio foi tombado pelo Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) em 1984 no viés da presença do Regente, como uma figura política de projeção nacional. Porém, nunca teve um projeto de musealização efetivo, não apresentando uso qualificado desde os anos 1990, mesmo após a restauração realizada no início dos anos 2000 em decorrência de um Termo de Ajuste de Conduta (TAC). O lote de cerca de 3,5 hectares permanece sendo uma propriedade privada, esquecido enquanto patrimônio da cidade, inclusive pelos moradores do entorno.

A sua localização no que veio a ser um enclave fortificado consolidado na Zona Leste da cidade de São Paulo (figura 1), um território conformado pelo mercado imobiliário, conhecido por Tatuapé e/ou

PENSAR FORA DO EIXO

Anália Franco, ou ainda, mais recentemente como Eixo Platina, em nome do projeto imobiliário que engloba um conjunto de edifícios na região, propondo-se como um projeto urbano para o bairro. Com as obras de ampliação da linha 2-verde do metrô passando pela região, o poder público passa a permitir uma densidade construtiva ainda maior, com a revisão da Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o zoneamento da cidade. A nova estação Anália Franco do metrô (em construção), localiza-se a apenas 700m da Sede do Sítio do Capão.

Figura 1. Sede do Sítio do Capão e edifícios de alto padrão do Jardim Anália Franco no entorno.



Fonte: Rodrigo Augusto das Neves, 2025.

A pesquisa insere-se no projeto mais amplo de investigação na FAU-USP que estuda as casas-museus dedicadas à memória feminina, intitulado “Domesticidade, patrimônio e habitação: as casas-museus de mulheres” (financiamento CNPq). A pesquisa de identificação das casas-museus envolve os processos de institucionalização, exposição, guarda da memória e documentação, em lugares como a Casa de Dona Yayá, sede do Centro de Preservação Cultural da USP e o Solar da Marquesa de Santos, unidade do Museu da Cidade de São Paulo. O recorte desta iniciação é o estudo do caso da Sede do Sítio do Capão com foco em uma de suas proprietárias, a Anália Emília Franco.

PENSAR FORA DO EIXO

A temática do urbano emergiu na pesquisa, a partir de alguns choques que envolvem o discurso autorizado do patrimônio, presente na patrimonialização do imóvel, e as evidências de pesquisa que foram analisadas na revisão bibliográfica sobre o bem patrimonial, reflexos da realidade histórica, historiográfica e atual do estudo de caso. Segundo Laurajane Smith (2021), o discurso autorizado do patrimônio incita a leitura do patrimônio como algo frágil, finito e não renovável, tutelado sob os cuidados de especialistas, condutores para o passado e para entender e comunicar o valor do patrimônio para a nação. Percebe-se como a valorização de uma narrativa organizada em torno do Regente Feijó, confunde-se com a valoração do bem patrimonial em si, ausentando-se das transformações urbanas na valoração e subsequentemente, na atualidade, prejudicando a própria preservação deste patrimônio.

A Sede do Sítio do Capão foi transformada em um educandário filantrópico precursor na cidade em 1911, sob a direção da educadora fluminense Anália Emília Franco (1853-1919). Visando aprofundar a compreensão dos processos históricos de ocupação e preservação das casas-museus, com esse estudo será possível contribuir com o levantamento e análise da valoração do gênero no patrimônio cultural e nas políticas de preservação em São Paulo. O objetivo é realizar uma cronologia urbanística e arquitetônica com a fundamentação teórica da historiografia crítica da arquitetura e do urbanismo, articulando a patrimonialização, domesticidade, gênero e a história da cidade, ao longo das fases de ocupação deste patrimônio.

O internato era gerido pela Associação Feminina Beneficente e Instrutiva (AFBI), a qual Anália era fundadora e presidente. Voltado ao abrigo e educação de “mulheres arrependidas”, mães solo com seus filhos, crianças órfãs, crianças alforriadas e/ou filhas de mães escravizadas (Alves, 2023; Monteiro, 1992; Lodi-Corrêa, 2009), o Lar Anália Franco, como era conhecido, foi inaugurado em 1911 e funcionou na Sede do Sítio do Capão até 1997 (Alves, 2023).

A instalação do educandário no edifício foi um dos maiores projetos da AFBI na cidade de São Paulo, dada a intenção de transformar a antiga fazenda e residência do Regente em um amplo modelo de asilo, além de ser célula-máter de outras entidades como escolas e creches filantrópicas, fundadas pela AFBI, e toda uma linha de filantropia socioeducacional que se sucedeu, dedicada ao abrigo comunitário de mulheres e crianças.

Para além de filantropa, Anália foi professora, escritora, dramaturga, poetisa e esteve a frente de três periódicos em São Paulo, a “Revista Álbum das Meninas”, “A Voz Maternal” e “Echo das damas”, junto a um grupo de profissionais mulheres. A fundação da AFBI em 1901 e o seu

PENSAR FORA DO EIXO

crescimento na década seguinte marcaram a atuação dessa rede feminina em São Paulo, com a criação de creches, asilos, escolas maternais, liceus, bibliotecas escolares e colônias regeneradoras. Somente as escolas maternais, chegaram a atender 436 crianças no ano de 1938 (Portela, 2016).

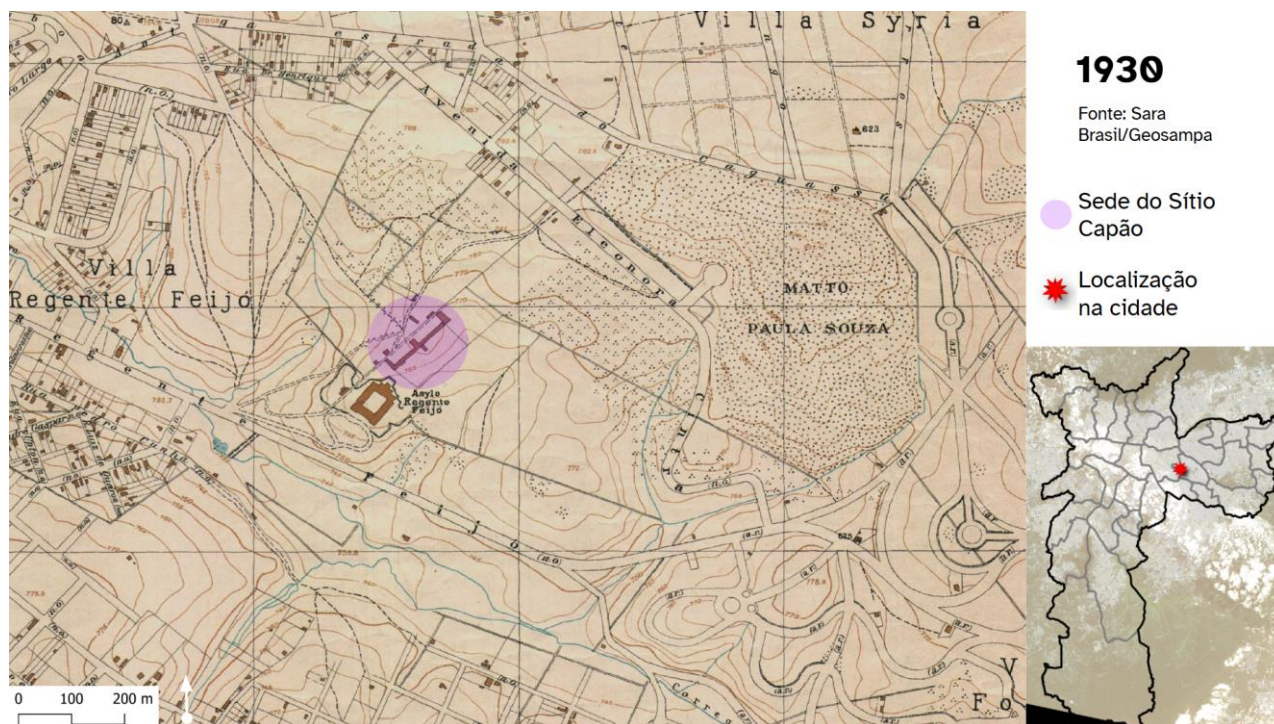
A memória de Anália Emília Franco é presente na toponímia da cidade, na origem do bairro e agora na estação de metrô. Em contrapartida, os sentidos tipicamente atribuídos ao patrimônio no sítio não envolvem a memorização dela. Pelo contrário, tendem a não se aprofundar neste capítulo da história do bem patrimonial, como se fosse um uso menor ou menos importante que o anterior — a “residência individual” do Feijó, mesmo que este uso tenha ocorrido por menos tempo que o internato permaneceu no sítio, e que as atividades políticas do Regente ocorriam primordialmente na sede administrativa da colônia, o Rio de Janeiro.

A Lei do Ventre Livre foi promulgada em 1871, sendo o início de mudanças na perspectiva das infâncias na cidade. Se por um lado, as crianças de famílias escravizadas poderiam viver outras realidades que não a da escravização, por outro, gerou-se uma nova categoria de vulnerabilidade social, sem políticas voltadas à esta parcela da população recém-alforriada (Portela, 2016). Essa é outra camada relevante na Sede do Sítio do Capão, demonstrando um momento muito importante e pouco aprofundado nas cidades brasileiras: os processos contemporâneos, os que antecederam e os que sucederam a abolição em 1888.

O projeto de Anália se realizou com a formação de uma comunidade numa Sede do Sítio do Capão até então afastada da cidade, ainda considerada rural até pelo menos meados do século XX (Araujo e Yordaky, 2022), sendo o sítio e mais um edifício que a AFBI construiu para ampliar as áreas do educandário, o Lar Anália Franco, as únicas edificações presentes na região no mapeamento SARA Brasil (1930), que já nomeava o espaço a partir do seu uso anterior, “Asylo Regente Feijó”, ignorando as ações da AFBI (figura 2).

Figura 2. Sede do Sítio do Capão em 1930, ocupado como Internato Anália Franco.

PENSAR FORA DO EIXO



Fonte: Produzido a partir de SARA Brasil, 1930/Geosampa.

O Sítio do Capão não consta nos primeiros inventários do patrimônio paulista realizados por Mário de Andrade (1937) e Luís Saia (1944), voltados principalmente à identificação de casas bandeiristas. Mais tarde, a partir dos anos 1970, o campo foi aprofundado com estudos de Carlos Lemos (1969) e Júlio Katinsky (1972), que tensionaram alguns modelos da época, como os formulados por Luís Saia, também presentes na sua atuação à frente do Iphan. De acordo com Lia Mayumi (2006), estes tensionamentos foram baseados, entre outros pontos, na inclusão de bens culturais como a Sede do Sítio do Capão nos estudos sobre as casas rurais da cidade, considerada um exemplar da tipologia e integrando os mapeamentos a partir de então.

Grande parte das discussões sobre a autenticidade do Sítio do Capão enquanto patrimônio arquitetônico, e portanto sua inclusão nestes agrupamentos, envolveram a transformação da fazenda em “Sítio Paraíso”, nome dado pelo Regente quando morador, que também alterou e subtraiu alguns dos elementos originais da edificação. Esta intervenção contribuiu para desassociar a casa da arquitetura bandeirista, presente na valoração e identidade construída na cidade de São Paulo, a partir das comemorações do IV centenário. É frequente a descrição da Sede do Capão como uma “casa com características bandeiristas” (Mayumi, 2006; Condephaat, 2017), atribuindo um grau de imprecisão, dúvidas ou vestígios ao patrimônio, como se a subtração de parte da materialidade cânone do *bandeirismo* representasse também uma subtração de seu passado.

O tombamento valorizou a materialidade como evidência da presença do Feijó, aliada à sua valorização enquanto sujeito heróico, com a narração da história excepcional do padre que ascendeu a agente político de destaque no Império. Como se as temporalidades que precederam e sucederam a da sua morada, por si só, não constituíssem o patrimônio junto com esta história, que foi exclusivamente evidenciada em detrimento das outras.

A Sede do Sítio do Capão apresenta um conjunto de aspectos latentes na sua inserção urbana e materialidade, como a história da cidade, a urbanização de São Paulo, educação, abolicionismo e reformismo, gênero, domesticidade e as formas de morar dos últimos quatro séculos da cidade, reveladas pela análise do conjunto urbano na sua configuração atual. Foi essa linha que o relativamente tardio tombamento seguiu, pelo Condephaat, nos anos 1980. Em um breve salto, a restauração do imóvel acompanhou a mesma lógica no início do anos 2000, com a anuência dos órgãos de patrimônio à época.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

A pesquisa tem como metodologia o levantamento e revisão bibliográfica, buscas em acervos e bases de dados, trabalho de campo e produção de cronologias sobre as ocupações do imóvel e as domesticidades, envolvendo temas como a história da cidade e o gênero. A fundamentação teórica parte da historiografia da arquitetura, articulando história, teoria e crítica no recorte latinoamericano, como sistematizado por Marina Waisman (2013).

Dentre as fontes mobilizadas, destacam-se as cartografias históricas da cidade e os mapeamentos das casas rurais paulistanas, capazes de situar o binômio presença/ausência da Zona Leste de São Paulo na urbanização e preservação da cidade. Há ainda uma motivação e operação historiográfica — a experiência compartilhada de tantos moradores, da ampla região da subprefeitura de Vila Formosa, onde localiza-se a Sede do Sítio do Capão, sendo a de minha pessoa uma destas, que vivenciaram as intensas transformações urbanas empreendidas pelo mercado imobiliário neste enclave de riqueza, abstraindo a população de vivenciar o patrimônio e a história da cidade, com o enclausuramento de bens patrimoniais como o Sítio do Capão (figura 3). Segundo Tiaraju D’Andrea (2020), a ciência humana produzida por meio de uma epistemologia periférica se faz levando em conta a subjetividade periférica do cientista. Essa subjetividade se forma por meio da experiência construída nas relações sociais historicamente objetivadas.

Figura 3. Sede do Sítio do Capão em 2020, sem uso qualificado e isolado no enclave de riqueza.



Fonte: Produzido a partir das ortofotos de 2020/Geosampa.

3 RESULTADOS

Os resultados evidenciam o lugar de fragilidade que a preservação do patrimônio na perspectiva urbana ocupa, e os conflitos envolvidos na sua preservação não somente material, mas enquanto memória e identidade. A Sede do Sítio do Capão passou e segue passando por uma sequência de isolamentos do entorno urbano. Todavia, isso não parece ser uma problemática central para o campo oficial do patrimônio, que teria outras prioridades em ampla perspectiva. Segundo Laurajane Smith (2021), as pessoas e as formas como elas usam ou se vinculam com sítios ou lugares patrimoniais, especificamente as ditas não especialistas em patrimônio, tornam-se menos importantes nas práticas de patrimônio do que a preocupação pelo material. Isso se revela no cercamento da Sede do Sítio do Capão por edifícios de alto padrão e o seu enclausuramento no miolo de quadra, junto à ausência de uso qualificado desde os anos 1990, tornando-se cada vez mais distante da rua e da mirada dos transeuntes.

PENSAR FORA DO EIXO

A articulação das fontes de diversos campos mobilizadas na pesquisa explicita as dinâmicas de atuação do mercado imobiliário, pelo menos a partir de 1960, considerando o íterim entre o parcelamento da gleba do Sítio do Capão/fundação do bairro Jardim Anália Franco e a consolidação do território como um enclave de riqueza na Zona Leste de São Paulo, com a inauguração do arranha-céu Platina 220, o mais alto de São Paulo, em 2021, localizado a cerca 2,5km da Sede do Capão.

Segundo Deborah Almeida e Lucas Balteiro (2021), nos anúncios imobiliários do Jardim Anália Franco verifica-se a utilização de conceitos-chave para atrair o público-alvo desejado para o empreendimento, como os termos “cidade”, “urbano” (usados como substantivo e adjetivo) e “urbanismo”, que perderam seu sentido original (CHOAY, 2017, p. 236), na ideia de que enfim a *cidade* estaria chegando na região, que seria *agora* devidamente planejada.

Leituras historiográficas sobre o urbano no Sítio do Capão envolvem não somente a transformação do rural em cidade, ou mesmo a urbanização de São Paulo. Mostram também como os processos se desenrolaram e foram viabilizados, no tensionamento dos planos e projetos com a cidade que se construiu na prática, como um resultado de várias forças em relação, o que de certa forma é comentado e associado nas notícias e pesquisas, ou mesmo na história oral que os moradores da região detêm.

A memória da educadora Anália é presente na toponímia urbana não somente por um ato de valoração da personagem histórica que ali esteve — como é o caso do Regente Feijó. O bairro Jardim Anália Franco foi fundado a partir das terras do Sítio do Capão, quando propriedade da AFBI após a morte de Anália, em um processo marcado pelo conflito desde o início, visto que o internato chegou a ser fechado temporariamente por conta de ataques de grileiros nos anos 1960 (Araujo e Yordaky, 2022). Nesse sentido, o tombamento protegeu a edificação, mas não foi capaz de barrar estes processos urbanos.

Anália, portanto, é uma das mulheres que tiveram participação na urbanização da cidade na virada do século XIX para o XX. Parte de um grupo maior, formado por mulheres também presentes na toponímia urbana como Maria Antônia da Silva Ramos (1815-1902), Dona Veridiana (1825-1910) e Maria Angélica de Sousa Queirós (1842-1929), sendo que Anália é uma representante de fora do quadrante sudoeste da cidade, a região com maior poder aquisitivo da cidade. O levantamento dos nomes destas mulheres foi possível a partir do Inventário Memória Paulistana, identificado na visita de campo realizada na Sede do Sítio do Capão, onde notamos um único elemento que revela, na

entrada do bem patrimonial a partir da via pública, a sua existência. Trata-se da placa instalada no pequeno muro ao lado do portão, que dá acesso ao lote do Sítio.

Figura 4. Placa do Inventário Memória Paulistana na Sede do Sítio do Capão.



Fonte: Rodrigo Augusto das Neves, 2025.

Este projeto de extroversão do patrimônio foi iniciado em 2019 pelo Departamento do Patrimônio Histórico (DPH), e a listagem de 2025 do Inventário conta com 517 pontos de interesse em São Paulo (São Paulo, 2025). O mais interessante é que a frase da placa destaca a atuação da educadora Anália, contrastando com a popularidade do Regente Feijó na valoração que o mercado reforça, no discurso deste patrimônio urbano como um atrativo imobiliário aliado ao da região como um território tradicional de São Paulo, junto a outros bairros de alto padrão do quadrante sudoeste da cidade, como Pinheiros, por exemplo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa aponta para a problematização do patrimônio em meio ao *modus operandi* do mercado imobiliário sobre a preservação do urbano e a memória do bairro. Estes temas, muito evidentes na atualidade, são tipicamente apreendidos como uma face das dinâmicas mais recentes de São Paulo, principalmente nas relações entre o poder público, o mercado e a sociedade civil. Porém, essa questão tem se apresentado no tratamento das fontes de pesquisa, como também um aspecto histórico, ainda pouco trabalhado nesta perspectiva e neste território.

Em nome de uma configuração espacial que nunca existiu na casa, a patrimonialização do Sítio do Capão, entre os anos 1980 e 2000, revela o patrimônio como um *token* que viria a ser moldado aos interesses do mercado imobiliário, sejam eles voltados à reificação de uma narrativa bandeirista que também nunca existiu, ou ao tão real poder do mercado imobiliário com este capital cultural simbólico, mancha verde e linda vista livre para a sacada, mas sem visitantes externos no enclave de riqueza.

Para além de um discurso mercadológico da cidade, este lugar comum e até pacificador exclui as dinâmicas e as sujeitas e sujeitos que envolveram a construção do território e da cidade. A descaracterização, esquecimento ou tentativa de ressignificação desta parte historicamente e ainda periférica de São Paulo, demonstram as dinâmicas urbanas atuais, em que os territórios se inter-relacionam para além do binômio centro-periferia. Segundo D'Andrea (2020), o termo periferia ganhou e ganha novos significados de forma sucessiva nos estudos urbanos — os mais recentes a partir da entrada de moradores das periferias na academia.

Esta iniciação científica em andamento está trazendo questões que tensionam as teorias que aprendi na graduação em Arquitetura e Urbanismo, principalmente na abordagem sobre as periferias de São Paulo. Nos campos do patrimônio e do urbano, a invisibilidade da Zona Leste ou o senso comum de não considerar o patrimônio neste território, mostra que o caso do Sítio do Capão talvez não seja excepcional, mas integre a lógica geral da preservação do patrimônio em São Paulo frente ao mercado imobiliário.

Mais do que mostrar que há patrimônio na Zona Leste, na chave do discurso autorizado, debruçar-nos sobre o confinamento do Sítio do Capão desde pelo menos os anos 1960, mostra a importância de lançar-nos de novas abordagens no campo do patrimônio, mais ligadas ao urbano e voltadas à

PENSAR FORA DO EIXO

participação da população da cidade na necessária musealização do conjunto urbano, e apropriação social do patrimônio através de usos qualificados.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Deborah Sandes de; BALTEIRO, Lucas Chiconi. DE PROPRIEDADES RURAIS À FRAGMENTOS URBANOS: O Casarão do Anastácio e a Casa do Regente Feijó no processo de reestruturação urbana de São Paulo. In: **Anais do III Congresso Nacional para Salvaguarda do Patrimônio Cultural** (11. : 2021 : São Paulo, SP) Patrimônio cultural [livro eletrônico] : fragmentos, somas, construções e distopias. -- São Paulo, SP : Universidade Federal de São Paulo, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unifesp.br/items/39a42cb9-0123-486f-ae7b-7e8d346b1658>. Acesso em: 02/03/2026.

ALVES, Daniela Maria. Cultura material e vida cotidiana das crianças na colônia regeneradora Dom Romualdo de Seixas (internato Anália Franco), São Paulo (1911-1997). **Vestígios - Revista Latino-Americana de Arqueologia Histórica**, [S. l.], v. 17, n. 1, p. 87–106, 2023. DOI: 10.31239/vtg.v17i1.36086. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/vestigios/article/view/36086> . Acesso em: 2 mar. 2026.

ANVERSA, Julia. **Gênero e patrimônio**: o Solar da Marquesa de Santos e a memória de Domitila. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da FAUUSP. São Paulo: 2020.

ARAUJO, Betania Libanio Dantas de; YORDAKY, Wagner. **Vila Formosa**: série história dos bairros de São Paulo. 38. ed. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal, 2022. 266 p.

D'ANDREA, Tiaraju Pablo **Contribuições para a definição dos conceitos periferia e sujeitas e sujeitos periféricos**. Novos Estudos Cebrap, ed. 116, v. 39, n. 1, p. 19-36, jan.-abr. 2020.

FERREIRA, Rosangela Molento. **'O que dizem de nós'**: o movimento feminino e educacional de Anália Franco publicado na imprensa de 1875 a 1919. 2020. 197 f. Tese (doutorado) - Universidade Católica de Santos, Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação, 2020.

KATINSKY, Julio Roberto. **Casas bandeiristas**: nascimento e reconhecimento da arte em São Paulo. 1972. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1973. doi:10.11606/T.16.1973.tde-20072022-114111. Acesso em: 2025-06-10.

KRUCHIN, Samuel. **Kruchin, uma poética da história**: obra de restauro. São Paulo: C4, 2012. 360 p.

LODI-CORRÊA, Samantha. **Analia Franco e sua ação socio-educacional na transição do Império para a República (1868-1919)**. 2009. 180 p. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação, Campinas, SP. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.12733/1609879> . Acesso em: 9 jul. 2026.

PENSAR FORA DO EIXO

MAYUMI, Lia. **Taipa, canela preta e concreto**: um estudo sobre a restauração de casas bandeiristas em São Paulo. 2006. Tese (Doutorado em Estruturas Ambientais Urbanas) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.16.2006.tde-05052010-105239.

MENESES, Ulpiano T. B. **Memória e cultura material**: documentos pessoais e espaço público. Estudos Históricos, São Paulo, n. 21, p. 89-103, 1998.

NASCIMENTO, Flávia Brito do; SILVA, Joana; LIRA, José; RUBINO, Silvana (orgs.). **Domesticidade, gênero e cultura material**. São Paulo: Centro de Preservação Cultural da USP/EDUSP, 2017. (Série Estudos CPC, 5).

PINHEIRO DOS SANTOS DE SOUZA, Mariana Elena; MONDÊGO PACHECO PINTO, Gabrielle Carla; RIBEIRO DE CARVALHO CASSANO, Michele. **A atuação de Anália Franco na formação de meninas desvalidas**: o caso de Álbum das Meninas (1898-1901). Intellèctus, Rio de Janeiro, v. 24, n. 1, p. 283-303, 2025. DOI: 10.12957/intellectus.2025.86976. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/intellectus/article/view/86976> . Acesso em: 2 mar. 2026.]

PORTELA, Daniela Fagundes. **A trajetória profissional da educadora Anália Emília Franco em São Paulo (1853-1919)**. 2016. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. doi:10.11606/T.48.2019.tde-04122019-160110. Acesso em: 2025-02-17.

SMITH, Laurajane. Desafiando o Discurso Autorizado de Patrimônio *. **Caderno Virtual de Turismo**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 140-154, 2021. DOI: 10.18472/cvt.21n2.2021.1957. Disponível em: <https://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/article/view/1957> . Acesso em: 2 mar. 2026.

WAISMAN, Marina. **O interior da história**: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. São Paulo: Perspectiva, 2013. 207 p. (Estudos). Tradução de Anita Di Marco.

ZANETTINI, Paulo Eduardo. **Maloqueiros e seus palácios de barro**: o cotidiano doméstico na Casa Bandeirista. 2005. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Museu de Arqueologia e Etnologia, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. doi:10.11606/T.71.2006.tde-04082006-170833. Acesso em: 2025-06-10.